



Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais e Económicas de Interesse Municipal

Nota justificativa

A elaboração do presente Regulamento tem como objetivo criar um conjunto de regras e princípios que permitam ao Município de Penacova prosseguir interesses comuns e específicos das suas populações, principalmente no que diz respeito ao seu desenvolvimento.

O desenvolvimento económico do concelho é um fator determinante para a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes, tornando-se fundamental incentivar e promover o investimento no concelho, desde logo, todo o investimento que seja relevante para o desenvolvimento sustentado, que contribua para a criação de novos postos de trabalho, apostando na qualificação profissional, na inovação e nas novas tecnologias.

Para se alcançar tais objetivos, torna-se fundamental perceber quais as áreas empresariais que mais necessitam de ser apoiadas, quem deve beneficiar das respetivas ajudas, individualizar as modalidades de apoio, como devem as entidades formular as suas candidaturas para aceder aos respetivos apoios e como devem ser analisadas essas candidaturas e processadas as respetivas decisões.

Assim, pretende-se com este Regulamento definir medidas e mecanismos concretos de apoio e de incentivo à atividade empresarial no Concelho de Penacova.

A criação da figura regulamentar dos Incentivos Extraordinários ao Investimento, associados aos incentivos já existentes, vai permitir criar um conjunto mais alargado de benefícios para quem se instale no Concelho de Penacova e aqui crie postos de trabalho, bem como para os agentes que pretendam ampliar os seus negócios ou criar novos projetos.

De acordo com o previsto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º ambos do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, elaborou-se a presente proposta de Regulamento.

O projeto de Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais e Económicas de Interesse Municipal foi submetido a consulta pública, para recolha de sugestões pelo período de 30 dias, cujo término ocorreu no dia 29 de agosto de 2016, o qual foi publicitado no *site* oficial do Município de Penacova (www.cm-penacova.pt) e na 2.ª Série do Diário da República, dando-se cumprimento ao estatuído no



Largo Alberto Leitão, 5
3360-341 Penacova

Tel. +351 239 470 300
Fax. +351 239 478 098

geral@cm-penacova.pt
www.cm-penacova.pt

NIF
506657957



artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Lei habilitante

O presente Regulamento é elaborado ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, na alínea d) do artigo 15.º e nº 2 e 3 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com a alínea m) do n.º 2 do artigo 23.º, alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea k) do n.º 1 do artigo 33º todas do anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Artigo 2.º

Objeto e âmbito de aplicação

- 1 – O presente Regulamento estabelece as regras e condições que regem o apoio a iniciativas empresariais e económicas de interesse municipal pelo Município de Penacova.
- 2 – O disposto neste Regulamento abrange as iniciativas empresariais privadas que visem a sua instalação, remodelação, ampliação ou realocização no Município de Penacova, desenvolvidas por sociedades comerciais sob qualquer forma jurídica, cooperativas ou por empresários em nome individual.

Artigo 3.º

Iniciativas empresariais de interesse municipal

- 1 – São consideradas de interesse municipal, as iniciativas empresariais e económicas que visem a promoção e a realização de uma atividade económica de que resulte desenvolvimento para o Concelho.
- 2 – Poderão ser apoiadas as iniciativas empresariais de carácter agrícola, comercial, industrial e turística que reúnam três dos seguintes pressupostos, sendo obrigatório o cumprimento da alínea a):
 - a) Contribuam para a criação líquida de novos postos de trabalho;
 - b) Sejam relevantes para o desenvolvimento económico sustentável do Concelho;
 - c) Contribuam para a diversificação do tecido comercial e empresarial local;
 - d) Sejam inovadoras, quer no âmbito dos serviços a prestar, quer no que respeita aos produtos a comercializar ou produzir.



3 – Nos termos da alínea a) do número anterior, é obrigatória a entrega de extrato de remunerações da segurança social, dos 12 (doze) meses precedentes à data da candidatura, para cada candidato que se pretenda contratar.

CAPÍTULO II

FORMAS E CONCESSÃO DE APOIOS

Artigo 4.º

Formas de apoio

Os apoios a conceder poderão revestir várias modalidades, nomeadamente:

- a) Apoio financeiro;
- b) Benefícios fiscais;
- c) Isenção ou redução de taxas municipais;
- d) Disponibilização de espaços físicos propriedade do Município;
- e) Agilização processual;
- f) Apoio técnico.

Artigo 5.º

Apoio financeiro

1 – O apoio financeiro, sob a forma de subsídio não reembolsável, visa o apoio:

- a) Ao investimento;
- b) À criação do próprio emprego.

2 – Os apoios financeiros, constantes da alínea a) do n.º 1, têm o valor de:

a) 60% do valor do investimento, até ao limite de apoio de 10.000,00€ para a instalação ou realocação de novos negócios em parques de localização empresarial de iniciativa municipal de fixação de empresas ou zonas industriais classificadas no Plano Diretor Municipal (PDM);

b) 70% do valor do investimento, até ao limite de apoio de 10.000,00€ para a instalação e realocação de novos negócios em zonas urbanas consolidadas, delimitadas de acordo com os perímetros urbanos em solo urbano e aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa em solo rural, constantes da Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal;



c) 70% do valor do investimento, até ao limite de apoio de 5.000,00€ para a remodelação e ampliação de novos negócios em zonas urbanas consolidadas, delimitadas de acordo com os perímetros urbanos em solo urbano e aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa em solo rural, constantes da Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, condicionado a investimentos que visem melhoramentos e alterações substanciais da apresentação e exposição dos respetivos estabelecimentos;

d) 80% do valor do investimento, até ao limite de apoio de 10.000,00€ para a instalação de atividades económicas que incidam sobre a valorização dos recursos/produtos endógenos locais.

3 – Os apoios financeiros, constantes da alínea b) do n.º 1, têm o valor de 200,00€ mensais para o apoio à criação do próprio emprego, pelo período de um ano, para promotores que não auferam nenhum apoio social estatal e não se enquadrem em nenhum programa de apoios para o mesmo fim.

4 – Os apoios financeiros, constantes do presente artigo, cumuláveis entre si, tem uma majoração de 10% para iniciativas promovidas por portadores de cartão jovem municipal entre os 18 e os 30 anos; 10% para iniciativas promovidas nas freguesias do concelho com população inferior a 1000 habitantes; 10% para iniciativas promovidas em prédios devolutos localizados em zonas urbanas consolidadas.

5 – As majorações constantes dos números anteriores são cumuláveis entre si, até ao limite máximo de apoio de 80% do valor investido.

6 – Os apoios ao abrigo deste Regulamento podem incidir sobre a parte não comparticipada de financiamentos nacionais ou comunitários, desde que o respetivo programa o permita.

Artigo 6.º

Benefícios fiscais

1 – As isenções totais ou parciais relativamente a impostos podem assumir as seguintes formas:

- a) Isenção ou redução de imposto municipal sobre imóveis, por um período até 5 (cinco) anos, relativamente aos prédios objeto de estabelecimento de novos negócios, nos termos a aprovar, caso a caso, pela Assembleia Municipal;
- b) Isenção ou redução de imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis, relativamente às aquisições de prédios que constituam investimento relevante, nos termos a aprovar pela Assembleia Municipal;
- c) Isenção ou redução de derrama nos termos aprovados anualmente pela Assembleia Municipal.



2 – Todos os negócios a instalar nas zonas urbanas consolidadas carecem de análise ambiental e urbanística.

Artigo 7.º

Isenção ou redução de taxas municipais

As isenções ou reduções relativamente a taxas municipais de licenciamento de novos negócios são as constantes dos Regulamentos em vigor no Município.

Artigo 8.º

Disponibilização de espaços físicos propriedade do Município

- 1 – A possibilidade de cedência de espaços físicos será apreciada individualmente, tendo em conta cada caso concreto e decidida por deliberação da Câmara Municipal de Penacova, com possibilidade de delegação no Presidente da Câmara.
- 2 – Nos espaços de gestão da Penaparque existe possibilidade de delegação na mesma.
- 3 – A atribuição dos espaços fica dependente da existência e disponibilidade dos mesmos.

Artigo 9.º

Agilização processual

- 1 – Nos procedimentos administrativos relacionados com novas iniciativas empresariais, o Município de Penacova assegura com celeridade e eficácia a respetiva tramitação.
- 2 – Neste âmbito inserem-se todos os projetos urgentes, designadamente quando a atividade venha a criar postos de trabalho ou o projeto seja candidato a prémios ou apoios financeiros municipais, nacionais ou comunitários.

Artigo 10.º

Apoio técnico

- 1 – O apoio técnico a prestar incide na prestação de informação e/ou de apoio técnico especializado.
- 2 – A informação referida no presente artigo incide, designadamente, sobre as formalidades legais na constituição de uma empresa, os apoios financeiros ou prémios municipais, nacionais ou comunitários disponíveis, e os eventos, formações e feiras de empreendedorismo existentes.
- 3 – O apoio técnico especializado, referido no presente artigo, sempre que justificável, incide designadamente sobre a colaboração na elaboração do projeto de investimento, o apoio à preparação do processo de licenciamento e a submissão através de plataformas digitais de processos de candidatura e/ou licenciamento.



Artigo 11.º

Outros tipos de apoios excecionais

Excecionalmente e nos casos em que se verifique interesse relevante para o Município, pode a Câmara Municipal deliberar sobre outras formas de apoio, eventualmente acumuláveis com as anteriores, e podendo estas, consoante a matéria, ser objeto de aprovação pela Assembleia Municipal.

CAPÍTULO III PROCEDIMENTO

Artigo 12.º

Condições gerais de elegibilidade

1 – Só podem candidatar-se aos incentivos previstos no presente Regulamento as entidades legalmente constituídas e em atividade, ou que venham a estar constituídas no momento da assinatura do contrato, e que:

- a) Tenham a situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social;
- b) Tenham a sua situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado;
- c) Tenham a sua situação regularizada relativamente a quaisquer dívidas ao Município de Penacova, ou a entidades controladas/detidas pelo Município de Penacova;
- d) Não se encontrem em estado de insolvência, de liquidação ou de cessação de atividade, nem tenham o respetivo processo pendente;
- e) Cumpram as condições legais necessárias ao exercício da respetiva atividade, nomeadamente em matéria de licenciamento;
- f) Disponham de contabilidade de acordo com a exigência legal em vigor;
- g) Possuam ou assegurem os recursos humanos e físicos necessários ao desenvolvimento do projeto.

2 – O disposto na alínea c) do número anterior estende-se aos sócios das entidades legalmente constituídas ou que venham a ser constituídas.

3 – Podem ainda candidatar-se aos incentivos previstos no presente Regulamento os empresários em nome individual que cumpram os requisitos previstos no n.º 1.



Largo Alberto Leitão, 5
3360-341 Penacova

Tel. +351 239 470 300
Fax. +351 239 478 098

geral@cm-penacova.pt
www.cm-penacova.pt

NIF
506657957



Artigo 13.º

Formalização do pedido

1 – Os pedidos de concessão dos apoios são entregues nos serviços de Atendimento do Município de Penacova, mediante preenchimento de requerimento tipo a fornecer por aquele serviço, acompanhado dos seguintes documentos, de acordo com a modalidade de apoio a conceder:

- a) Nome, morada ou sede do interessado e número de contribuinte;
- b) Identificação do representante legal;
- c) Descrição da finalidade a que se destina o apoio;
- d) Identificação clara do apoio pretendido;
- e) Natureza jurídica do candidato (quando se trate de pessoa coletiva, comprovar mediante cópia do documento de constituição e respetivos estatutos);
- f) Certidão comprovativa da situação tributária e contributiva regularizada (Finanças e Segurança Social);
- g) Declaração de compromisso em manter afeto à respetiva iniciativa o apoio a conceder durante um período mínimo de 5 (cinco) anos, a contar da data da sua concessão;
- h) Indicar a data prevista de início da atividade, quando se trate de entidades que venham a ser constituídas;
- i) Plano de atividades ou negócios relativo à iniciativa empresarial a desenvolver;
- j) Declaração de que o Requerente do apoio não se encontra em estado de falência, de liquidação ou de cessação de atividade, nem tenha o respetivo processo pendente;
- k) Declaração, sob compromisso de honra, sobre a veracidade dos elementos constantes do requerimento;
- l) Declaração de autorização da realização das diligências necessárias para averiguar a veracidade dos elementos fornecidos para análise, bem como para solicitar às entidades ou serviços competentes a confirmação desses elementos.

2 – O requerimento referido no número anterior pode ainda ser acompanhado de outros documentos ou informações julgados convenientes.

3 – A Câmara Municipal de Penacova poderá solicitar os elementos complementares que achar convenientes para efeitos de admissão e apreciação dos pedidos de incentivo.

4 – Do referido requerimento deve ainda constar o prazo previsto para o início e execução das iniciativas ou projetos a que se refere o pedido de apoio e o requerente deve demonstrar a sua capacidade de realização dessas iniciativas ou projetos, mediante a indicação das atividades já desenvolvidas e/ou outros elementos que considere convenientes.



Largo Alberto Leitão, 5
3360-341 Penacova

Tel. +351 239 470 300
Fax. +351 239 478 098

geral@cm-penacova.pt
www.cm-penacova.pt

NIF
506657957



5 – Os pedidos de apoio podem ser formulados a todo o tempo.

Artigo 14.º

Decisão

1 – Instruído o processo, compete à Câmara Municipal ou Assembleia Municipal, consoante o(s) apoio(s) a decisão final, que será fundamentada com todos os elementos de facto e de direito pertinentes.

2 – A decisão final deve ser orientada, designadamente, pelos princípios da salvaguarda do interesse público, da igualdade, da proporcionalidade, da livre concorrência e outros, devendo ser objeto de publicação, nos termos legais.

3 – A deliberação final, devidamente fundamentada, deverá concretizar a forma, as modalidades e o valor dos incentivos a conceder devidamente quantificados, bem como definir todos os termos e condicionantes em que o beneficiário se compromete a prosseguir a sua atividade em resultado do benefício concedido, designadamente os prazos máximos de concretização dos respetivos investimentos e incentivos, bem como as penalidades aplicáveis em caso de incumprimento.

Artigo 15.º

Contrato de concessão de incentivos ao investimento

1 – O incentivo a conceder será formalizado através de um contrato de concessão de incentivos ao investimentos, a celebrar entre o Município de Penacova e o candidato.

2 – No contrato de concessão de incentivo ao investimento devem estar consignados os seguintes elementos essenciais:

- a) Os direitos e deveres das partes;
- b) Os prazos de execução;
- c) As condições e as normas aplicáveis;
- d) Quantificação do valor dos incentivos concedidos;
- e) As cláusulas penais, isto é, as consequências do incumprimento ou do cumprimento defeituoso por parte do beneficiário, estabelecendo a obrigação de devolução da quantia entregue ou do benefício recebido;
- f) A extensão da obrigação de devolução da quantia entregue ou do benefício recebido em regime de solidariedade aos membros que integram os órgãos executivos e deliberativos do beneficiário.



3 – Os contratos de concessão de incentivos ao investimento poderão ser alterados mediante deliberação da Câmara Municipal ou da Assembleia Municipal, consoante o órgão que tenha aprovado o incentivo, e desde que o motivo e a natureza dessas modificações seja devidamente fundamentado.

CAPÍTULO IV

OBRIGAÇÕES E PENALIDADES DOS BENEFICIÁRIOS DOS INCENTIVOS

Artigo 16.º

Obrigações dos beneficiários dos incentivos

1 – Os beneficiários dos incentivos concedidos ao abrigo do presente Regulamento comprometem-se a:

- a) Manter em atividade a iniciativa empresarial em causa no Concelho de Penacova por um prazo não inferior a 5 (cinco) anos, salvo autorização expressa da Câmara Municipal de Penacova;
- b) Não ceder, locar, alienar ou, por qualquer outro modo, onerar, no todo ou em parte, quer a gestão, quer a propriedade dos bens cedidos pelo Município de Penacova, salvo disposição em contrário no contrato de concessão de incentivos ou autorização expressa da Câmara Municipal ou da Assembleia Municipal, de acordo com a competência de cada uma;
- c) Cumprir os prazos de execução e implementação;
- d) Cumprir com todas as disposições legais aplicáveis e com os exatos termos das licenças concedidas;
- e) Fornecer ao Município, para efeitos de verificação e apreciação do compromisso assumido pela entidade beneficiária, sempre que solicitado por este:
 - i) Documentos comprovativos do cumprimento das obrigações fiscais;
 - ii) Documentos comprovativos do cumprimento das obrigações para com a segurança social;
 - iii) Mapas de pessoal;
 - iv) Balanços e demonstrações de resultados;
 - v) Outros documentos e informações necessários ao acompanhamento, controlo e fiscalização do contrato de concessão de incentivos.



2 – Os prazos a que se referem as alíneas do número anterior, contam-se a partir da data da celebração do contrato de concessão de incentivo ao investimento.

Artigo 17.º

Responsabilidades do Município de Penacova

- 1 – Ao Município de Penacova compete cumprir com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como com o estipulado no contrato de concessão de incentivo ao investimento.
- 2 – Compete ainda a fiscalização das disposições do presente Regulamento.

Artigo 18.º

Penalidades

- 1 – O incumprimento das obrigações estipuladas no contrato concessão de incentivo ao investimento implicará a sua resolução e a aplicação das penalidades nele previstas.
- 2 – As penalidades deverão ser proporcionais e, no mínimo, iguais ao incentivo concedido pelo Município, quantificado no contrato, implicando a sua devolução, acrescida de juros de mora à taxa legal, contados a partir da data da celebração do respetivo contrato.
- 3 – Quando o incentivo envolver a cedência de terrenos, edifícios ou equipamentos, por parte do Município, a penalidade pelo incumprimento implicará a sua reversão, salvo disposto em contrário no contrato de concessão de incentivos ao investimento.
- 4 – A resolução do contrato deverá ser sempre notificada à parte interessada, por ofício registado, com antecedência de um prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

Artigo 19.º

Limite de apoios

- 1 – Os apoios financeiros a conceder no âmbito do presente programa estão limitados aos valores totais, estabelecidos anualmente para este tipo de incentivos que constam do Orçamento Municipal.
- 2 – Em casos excecionais, considerados de grande interesse estratégico para o concelho, pode o executivo aprovar uma alteração ao orçamento para o dotar dos valores necessários aos respetivos apoios.
- 3 – Os apoios a conceder ao abrigo do presente Regulamento são atribuídos prioritariamente por ordem de entrada de candidatura.



CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 20.º

Falsas declarações

As falsas declarações prestadas pelo Requerente dos apoios previstos, na instrução das candidaturas e na declaração, integram tipo legal de crime previsto no *Código Penal*, sem prejuízo da indemnização que ao caso couber, nos termos da lei civil.

Artigo 21.º

Dúvidas e omissões

Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na interpretação e aplicação do presente Regulamento, que não possam ser resolvidas pelo recurso aos critérios legais de interpretação e integração de lacunas, serão submetidas a decisão da Câmara Municipal de Penacova, com observância da legislação em vigor.

Artigo 22.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no primeiro dia útil do mês seguinte à sua publicação na 2ª Série do *Diário da República*.

Consulta pública _ Decorreu entre 29/07/2016 e 29/08/2016 (Edital publicado na 2.ª Série do Diário da República, n.º 145, de 29 de julho de 2016

Aprovado em reunião da Câmara Municipal _ 23/01/2017

Aprovado em sessão da Assembleia Municipal _ 25/02/2017

Publicado em Diário da República, 2º Série, nº 67 de 04/04/2017

Entrado em vigor _ 02/05/2017



Largo Alberto Leitão, 5
3360-341 Penacova

Tel. +351 239 470 300
Fax. +351 239 478 098

geral@cm-penacova.pt
www.cm-penacova.pt

NIF
506657957